

## NOTA INTRODUTÓRIA

*1. Num mundo cada vez mais global e onde, em muitas regiões, grassa uma crise que ora se apresenta com características meramente conjunturais ora eminentemente sistémicas, torna-se cada vez mais premente conhecer e reflectir sobre o desenvolvimento regional e local.*

*Importa olhar para caminhos que permitam estimular e sustentar o crescimento após a crise económica. Uma melhor percepção do comportamento de diferentes contextos e aspectos socioeconómicos regionais é particularmente relevante para enquadrar as opções a tomar, especialmente ao nível das políticas públicas, mas também pelos diferentes agentes económicos.*

*O objectivo deste número da “Povos & Culturas” não é ser um trabalho de macro economia que identifique caminhos em que as políticas regionais tenham um papel mais efectivo no apoio ao desenvolvimento económico. Retrata e analisa situações, problemáticas e propostas e apresenta análises prospectivas em quotidianos regionais diferenciados de vários países. Uma parte significativa desses estudos, nomeadamente os que incidiram sobre Portugal, assenta em muito trabalho de campo realizado em diferentes locais.*

*Este número pretende ser, acima de tudo, um contributo útil e realista que ajude a responder aos actuais e futuros desafios económicos, sociais e ambientais que se colocam a diferentes regiões e locais. Sem descurar algumas reflexões mais académicas e análises e experiências reportando a outros contextos políticos e institucionais que não o nacional, dá a conhecer aspectos e propostas concretas do contexto português de hoje. Assim, municia de informação relevante os que tiverem que definir ou implementar as medidas facilitadoras do desenvolvimento regional e local, para opções mais acertadas e viáveis,*

*não esquecendo que as realidades referidas têm enquadramentos muito diferenciados e que os diferentes factores socioeconómicos e ambientais que definem os diferentes contextos mudam hoje muito rapidamente.*

*2. Sónia Sousa sintetiza as principais teorias de desenvolvimento regional que nas últimas décadas têm servido de orientação a estratégias e programas de desenvolvimento regional e local, tendo subjacentes quatro objectivos: apresentar as principais características das várias teorias de desenvolvimento regional; destacar as suas semelhanças e contrastes; avaliar os seus principais pontos fortes e fracos, salientando o contexto regional em que cada teoria oferece um melhor enquadramento de análise; e por último, discutir os factores ignorados pelas principais teorias que a evidência empírica recente tem demonstrado terem um papel fundamental no desenvolvimento regional numa era de globalização económica, nomeadamente o enquadramento institucional, a existência de um meio local propício à inovação e à competitividade tecnológica e a capacidade empresarial local.*

*Acácio Catarino, António Pinheiro e Carlos Laranjo Medeiros apresentam-nos o estudo A Economia Social: uma resposta à crise no distrito de Castelo Branco. Partindo de uma revisão do conceito de economia social, visa os seguintes objectivos: compreender se a crise actual é conjuntural ou estrutural; clarificar a situação económico-social do distrito, ponderando as consequências da crise actual; clarificar a situação e as perspectivas de viabilidade das IPSS, Instituições Particulares de Solidariedade Social, e formular propostas para que elas não sejam abaladas pela crise e até contribuam para a debelar, especialmente nos mercados locais. Com base numa análise de diversas entidades estatísticas, conclui-se que a crise é estrutural e apresenta-se o quadro actual de agravamento da situação económico-social, aliás coincidente com a sensibilidade das IPSS contactadas no âmbito do estudo. Foi feito o desenho da presença de IPSS no distrito e das respostas sociais por elas oferecidas, bem como da sua organização e gestão, dos seus colaboradores e utentes, da sua sustentabilidade financeira e dos constrangimentos com que se deparam. E foi analisado o seu contributo para as economias locais e o papel na dinamização do empreendedorismo e do voluntariado. Um benchmarking nacional e internacional de Economia Social permitiu identificar boas práticas de governança e*

*de financiamento. A terminar, os autores apresentam um conjunto de Recomendações de iniciativas e acções nas seguintes áreas: melhoria do enquadramento normativo e iniciativas públicas; gestão para sustentabilidade; combate à pobreza; potenciação dos impactes da economia social. Destaca-se a necessidade de promover uma maior e melhor cooperação entre as IPSS e entre elas e o Centro Distrital de Segurança Social e as Autarquias Locais, de reforçar o papel do Governo Civil nessa promoção e no aproveitamento das potencialidades da “Rede Social”, de fazer a conciliação entre as exigências de qualidade, previstas para os equipamentos sociais, e a diversidade e quantidade de problemas a abranger, de promover a participação das IPSS na solução dos problemas de desemprego, bem como de dinamizar o desenvolvimento das boas práticas identificadas.*

*Luís Madureira Pires reflecte acerca do papel das empresas como motor do desenvolvimento regional. O artigo organiza-se em 3 pontos: a competitividade regional; as empresas e o desenvolvimento das regiões; os instrumentos de política pública de estímulo às empresas em Portugal. Num contexto de globalização, logo de concorrência crescente entre territórios e agentes económicos, qualquer estratégia de desenvolvimento regional obriga ao reforço dos seus factores competitivos: para além de assentar nos recursos humanos, materiais e naturais, tem de apostar no reforço da competitividade e correspondente sustentabilidade das empresas (conhecimento e inovação; processos produtivos e organizativos), garante da criação de riqueza, de empregos, de coesão social e de sobrevivência económica. Do seu ponto de vista, o reforço da produtividade e competitividade empresarial e a promoção do potencial de crescimento e desenvolvimento económico regional só são alcançáveis através de uma estratégia que aposte claramente numa crescente abertura e adaptação à inovação do tecido produtivo regional, muitas vezes com criação e consolidação de clusters territoriais de empresas (aumento da produtividade, incremento do empreendedorismo). Não menos, através de infra-estruturas avançadas, acessibilidades de qualidade e serviços qualificados de apoio, de recursos humanos qualificados e competentes, e de custos de contexto aceitáveis: a competitividade territorial passa por uma rede urbana equilibrada e estruturada na base do aproveitamento de complementaridades, por uma boa articulação económica entre as cidades e as zonas rurais, por*

*boas acessibilidades intra e inter-regionais, por uma localização menos desequilibrada dos recursos no território, por uma afectação espacial de infra-estruturas que promova o desenvolvimento regional e favoreça a actividade económica. Sem esquecer a questão das comunicações e a qualidade ambiental, no seu todo. Na continuidade, o autor realça o papel dos poderes públicos e das políticas públicas em promover economias externas e ambientes empresariais mais favoráveis e em reforçar a atractividade regional. Uma atenção especial foi dispensada aos instrumentos de política pública de estímulo às empresas em Portugal, e em particular no âmbito do QREN, 2007-2013, concluindo pela inexistência de uma verdadeira orientação política no sentido de criar reais condições para que todas as regiões possam contribuir plenamente com os seus recursos para o desenvolvimento do país, ao não serem tidas em conta as diferentes condições de partida.*

*Sónia Sousa analisa os impactes directos, indirectos e induzidos da actividade termal na economia local de São Pedro do Sul e Monfortinho, zonas rurais onde a estrutura económica local tende a ser frágil e pouco diversificada e onde as infra-estruturas turísticas são frequentemente encaradas como motores de crescimento e desenvolvimento local: os vários estudos até agora desenvolvidos em Portugal tendem, no entanto, a ficar-se pela análise do impacte directo nas economias locais – produção, valor acrescentado e emprego gerado pelas actividades directamente beneficiadas pelos gastos dos frequentadores dos estabelecimentos termais, ignorando o efeito multiplicador nas restantes actividades económicas locais. A autora procura colmatar tal lacuna ao estimar o impacte económico total (directo, indirecto e induzido) de uma estância termal rural portuguesa na economia local, desenvolvendo modelos de Leontief Fechado para as economias de Monfortinho e São Pedro do Sul: dada a desproporção da densidade das interdependências intra-industriais entre as actividades directamente beneficiadas pelas despesas dos frequentadores dos estabelecimentos termais e as restantes actividades económicas locais, Monfortinho aproxima-se do que será o impacte económico total mínimo enquanto São Pedro estará próximo do impacte económico máximo gerado por uma estância termal rural portuguesa. As estimativas geradas pelos modelos desenvolvidos sugerem que cada €100 de despesa efectuada pelos frequentadores de um estabelecimento termal rural português gerará um efeito total na*

*economia local que variará entre €140 e €156 em termos de produção local, €70 e €80 de valor acrescentado local e 0,0051 e 0,0053 empregos medidos em equivalente a tempo de trabalho anual completo.*

*Carmina Cavaco discute as questões centrais do desenvolvimento sustentável de pequenos municípios do Centro Interior na perspectiva da Agenda 21 Local, uns mais agrícolas e florestais, outros mais industriais, outros ainda mais turísticos, relevando os diferentes passos da correspondente metodologia e as diferentes opções/metabolismos e compromissos. Desde logo, abordagens multissetoriais e sistémicas das realidades locais (dimensões ambientais, económicas, sociais, culturais, da informação e conhecimento e político-institucionais); diagnósticos detalhados e muito actualizados, com recurso a diferentes fontes de informação secundárias e a informação de recolha directa e base participativa; identificação dos problemas locais mais relevantes, dos anseios das populações, das suas particularidades, especificidades e identidades, das disparidades internas e externas; análise das diferentes estratégias locais de sustentabilidade. Mas também, construção de uma visão estratégica, prospectiva, um futuro desejado, elaboração de um plano local de desenvolvimento sustentável, no respeito pelo princípio de subsidiariedade, com valorização da intervenção dos municípios e controlo social do processo; um plano claro, participativo, de co-responsabilidade, na base de consensos, compromissos e pontes, com eixos aglutinadores, projectos de diferentes escalas e acções, novas ou em curso, a continuar ou a reformular. Um plano conciso, com definição dos resultados a esperar, das metas a alcançar, dos actores responsáveis, dos diferentes níveis de participação, dos recursos necessários (meios financeiros e técnicos), e também dos tempos de execução, dos prazos, como metas e calendários no acesso a água potável, saneamento básico, bens e serviços vários, conservação ambiental, redução da pobreza e dos problemas de segurança. Um processo de transição para uma sustentabilidade progressiva e ampliada, de melhoria contínua, partindo da realidade, das potencialidades e das distâncias a vencer, traduzidas em indicadores de acompanhamento e avaliação. Sempre numa óptica integradora e sem conflitos, entre território e respectivos grupos humanos, entre planos, projectos e acções de desenvolvimento em curso, entre práticas existentes, iniciativas locais, e introdução de inovações, diminuindo as resistências às mudanças, promovendo, incentivando, a pre-*

*servação do ambiente e o desenvolvimento sustentável. E com definição clara das responsabilidades, incluindo dos governos centrais, como nas áreas da educação, saúde, segurança social, inovação.*

*Paula P. Oliveira e Raul Jorge sumarizam a Agenda 21 Local do município da Nazaré, que exemplifica a elaboração do percurso de um concelho atlântico, agrícola e industrial mas não menos piscatório e turístico, no sentido do desenvolvimento sustentável de base local. Um concelho onde o mar é o mais importante recurso natural: dele vive a comunidade de pescadores, nele assenta a indústria turística local, nele radicam a cultura e as tradições da Vila da Nazaré e nele o município encontra a sua marca identitária. A componente Mar foi objecto de particular atenção no seio da Agenda 21 Local, relevando a relação estreita entre o mar e todas as actividades socioeconómicas, num contexto de transversalidade: activo crítico do desenvolvimento sustentável, factor ambiental por excelência, pleno de desafios e oportunidades à espera de serem aproveitados (aquacultura; construção e reparação naval; turismo, lazer e cultura, incluindo o património cultural subaquático; ciência e tecnologia); outras dimensões não captadas pelos indicadores económicos convencionais, como serviços prestados à sociedade não objecto de transacção de mercado mas com impacto significativo sobre o bem-estar da comunidade (por exemplo, as actividades de recreio, como ir à praia, o valor do cenário que a costa oferece...). No contexto concreto dos recursos, potencialidades e fragilidades respectivos, o percurso de desenvolvimento sustentável do município da Nazaré deve orientar-se para a valorização do mar como factor de identidade, imagem e especialização do desenvolvimento, valorizando e qualificando o ambiente, recuperando a identidade urbana, assegurando um futuro turístico para a Vila e para o concelho e sustentando a diversidade da sua base económica.*

*Carlos Laranjo Medeiros e Mário Barroqueiro apresentam-nos a Agenda 21 Local da Marinha Grande, cidade que cresceu após a criação local, pelo Estado, da Real Fábrica de Vidros, em meados do século XVIII. Com o andar dos tempos, foram-se desenvolvendo uma série de empresas ligadas ao fabrico de vidro, algumas hoje com um elevado grau de sofisticação e altamente competitivas. O espírito empreendedor dos habitantes levou-os, partindo da experiência*

*vidreira, a desenvolver outro cluster – o dos moldes, ao qual se juntou depois o dos plásticos. Num município onde a inovação empresarial foi, desde sempre, base do seu sucesso, a visão de futuro, no quadro da Agenda 21, foi Marinha Grande – Território de Inovação: o desenvolvimento sustentável adequa a perspectiva económica e o conhecimento e a inovação com a preservação do ambiente e a atenção aos problemas sociais, contribuindo para o bem-estar dos cidadãos. Foram propostos os seguintes objectivos operacionais (bem como as acções concretas em que eles se consubstanciam): (i) Promover a Gestão Ambiental Sustentável, (ii) Apoiar a Sustentação da Inovação Empresarial e (iii) Intervir na Coesão Social. Para dar a conhecer o município e a sua capacidade produtiva, sugere-se a implementação de uma estratégia de comunicação e imagem: daí que um último objectivo operacional, que é transversal aos restantes três, tenha disso delineado: Informar e Comunicar.*

*Stephen S. Fuller perspectiva um forte crescimento económico da área metropolitana de Washington nas próximas duas décadas, com base nas suas funções de capital nacional e na sua crescente competitividade como lugar de negócio, de âmbitos local, nacional e global. A magnitude do futuro crescimento reflectirá a da sua economia, assente no governo federal e em actividades económicas fundamentais, dado o seu peso relativo na economia nacional e porque estes sectores devem ter um crescimento bastante acelerado nos próximos 20 anos. No período 2010-2030 o valor de bens e serviços gerados pela sua economia deve crescer 94%, descontada a inflação, a par da criação líquida de 1,58 milhões de novos empregos, de 1,67 milhões de habitantes e de mais 694 mil famílias. Foi também considerada uma previsão alternativa com base nas vantagens competitivas da região associadas ao governo federal e às correspondentes funções de capital nacional mas um maior crescimento na área do negócio, incorporando sectores de alto valor acrescentado e altos salários: de notar que a economia da área metropolitana de Washington conta de há muito concentrações relativamente altas de emprego, embora com taxas de crescimento mais lentas do que nas áreas metropolitanas competitivas. A análise dos cenários económicos alternativos mostra que se a economia registar taxas de crescimento mais fortes do que as previstas para sete sectores orientados para o mercado e reforçar a sua base de negócio em paralelo com as suas vantagens históricas no governo federal e nas correspon-*

*dentes funções de capital nacional, emergindo como um centro de negócio global e um centro governamental, a sua economia poderá crescer bem mais do que o inicialmente previsto, adicionando um acréscimo de \$41,4 mil milhões ao produto regional bruto em 2030: tais taxas de crescimento destes sectores chave gerarão por sua vez, um adicional de \$28,9 mil milhões em poupanças pessoais dos trabalhadores e suportarão 481.225 novos empregos em 2030. Para responder a estas novas exigências em termos de força de trabalho, soluções regionais e multifacetadas: investimento crescente em ensino e formação especializada de jovens e dos activos adultos e de meia-idade, melhorando a sua produtividade e a sua carreira profissional (reforço da aprendizagem ao longo da vida e das oportunidades em continuar em actividade, retardando a idade da reforma). No caso de insuficiência, recurso a trabalhadores migrantes, o que implicará a construção de novas habitações na área metropolitana e na envolvente, tornada dormitório, bem como novos sistemas de transporte, de abastecimento de água, de esgotos, e ainda parques e centros recreativos, clínicas e hospitais, serviços de segurança e actividades culturais. São evidentes as ligações entre desenvolvimento da força de trabalho, habitação, infra-estruturas e a capacidade da região em concretizar o seu potencial de crescimento, muito embora o verdadeiro desafio para o futuro crescimento económico da região seja a criação e implementação de um instrumento institucional capaz de abranger e resolver estes outros desafios numa base regional e de longo alcance.*

*Catherine Ledig, com o seu artigo «Dos sapatos às TIC», mostra como uma região rural pode ultrapassar a crise da indústria tradicional e prosperar, e como o desenvolvimento local pode assentar em inovação baseada em novas tecnologias, tomando como exemplo o caso da ADEC, grupo de desenvolvimento local do Norte da Alsácia. São discutidas as suas boas práticas, os respectivos limites, os passos necessários para assegurar a sua continuidade e a participação efectiva de todos os actores. Da experiência da ADEC destaca-se a importância de se contar, a longo prazo, com uma equipa de empresários e políticos profundamente envolvidos na construção de um projecto colectivo, centrado nas políticas da União Europeia, e extraem-se ensinamentos parcialmente transferíveis para outros territórios.*

*Finalmente, Ellen Harpel remete-nos para os Estados Unidos da América, onde o sector dos serviços de apoio às empresas (PBS) tem sido uma das componentes mais importantes de crescimento do emprego e do crescimento económico, desde os anos 90; contributo particularmente acentuado nas áreas metropolitanas, especialmente nas de maior dimensão. Este e outros serviços foram considerados contra-cíclicos, sendo menos susceptíveis a mudanças no número de empregos no decurso dos ciclos económicos, quando comparados, por exemplo, com o sector manufactureiro. O forte aumento do emprego PBS durante o último período de expansão económica e o incremento do desemprego no decurso da última recessão põem em causa tal ideia. Pesquisas recentes sugerem que o sector PBS é realmente pró-cíclico – com taxas de crescimento e contracção de emprego que excedem a taxa total de variação do emprego líquido durante todo o ciclo de negócios. Neste estudo analisa-se a veracidade de tal constatação, a nível das áreas metropolitanas, onde se verifica uma maior concentração das actividades PBS. Começa-se por analisar a distribuição actual do emprego PBS entre as áreas metropolitanas dos EUA, para perceber se o seu padrão de concentração foi alterado durante a recessão. Em seguida, analisam-se as mudanças dos PBS e dos totais de emprego de 2007 a 2009 nas áreas metropolitanas, a fim de determinar se este sector é também pró-cíclico a nível metropolitano e identificar as variações entre estas.*

3. Os estudos que constituem este número ou foram baseados em trabalhos realizados pela IPI Consulting Network Portugal<sup>1</sup> (“A Economia Social: uma resposta à crise no Distrito de Castelo Branco”, “Impactes directos, indirectos e induzidos da Actividade Termal na Economia Local: os casos de São Pedro do Sul e Monfortinho”, “Desenvolvimento Sustentável de municípios da região Centro Interior: Agenda 21 Local”, “Agenda 21 Local da Nazaré” e “Agenda 21 Local da Marinha Grande”), ou por professores que dirigem algumas das empresas que fazem parte da rede IPI (“The future of Washington Metropolitan Area economy: alternative growth scenarios and their regional implications” e “IT (Information Technologies) and Sustainable Development for Local Economic and Employment Development”) ou, ainda, por investigadores que colaboram com a IPI Consulting Network Portugal (“Theories

---

<sup>1</sup> [www.ipiconsultingnetwork.com](http://www.ipiconsultingnetwork.com)

*of Regional Economic Development: a brief survey”, “As empresas como motor do Desenvolvimento Regional” e “Recession and professional & business services employment in the US: no safe haven”). A todos eles, bem como às instituições que encomendaram alguns destes trabalhos e autorizaram a sua releitura, estamos profundamente agradecidos. É, ainda, devido um especial agradecimento à Senhora Governadora Civil do Distrito de Castelo Branco, Dr.<sup>a</sup> Maria Alzira Serrasqueiro, que atenta à importância da problemática do desenvolvimento regional, para não se perder o presente e ganhar o futuro, concedeu ao CEPCEP um subsídio que permitiu editar este número.*

CARLOS LARANJO MEDEIROS  
CARMINDA CAVACO